

ATA DA 264ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 12/11/2020

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MÁRIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

ANDERSON PEREIRA LOPES (TITULAR) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARGARETH ANDERÁOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO LUCRATIVO
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ELZA CALIXTO LIMA (SUPLENTE) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO PRADO DE CAMARGO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JONATHAN DE JESUS SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DAVI ALVES SENA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
DURVAL SILVÉRIO DE ANDRADE (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
LUÍZ CARLOS BARBOSA ALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Microsoft Teams, os ausentes terão justificativa garantida.

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Verifica o quórum para início da reunião, realizada online pela Plataforma Teams. Anuncia que já há quórum para início da reunião, às 14h17.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Lembra que a reunião está sendo transmitida pelo Facebook do CMS e que estamos em período eleitoral. Pede que todos tomem cuidado. Por se tratar de questão pública, temas eleitorais não podem ser abordados - enfatiza.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva do CMS/SP: Inicia a reunião cumprimentando a todos. Agradece a lembrança quanto a estarmos em período eleitoral. Crê que é importante o reconhecimento do espaço atual. Não é local para discussão eleitoral. Informa que coordena a reunião até a chegada do conselheiro Leandro que está a caminho. Solicita ao Júlio que leia a pauta da reunião.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: faz leitura.

- Aprovação das atas 263^a e 7^a Extraordinária
- Informes da Mesa
- Informes dos Conselheiros
- Informes das Comissões

Ordem do Dia

- Situação da COVID 19 no município de São Paulo
- COVISA

Deliberações:

- Planejamento do CMS/SP para 2021 – Data – 26/11;

- Retomada da Mesa Setorial da Saúde;
- Tutorial para transmissão de reunião online;
- Habilitação da UPA 24h Tatuapé
- Pleno Extra: Municipalização do Hospital São Mateus

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Tem evento sobre doenças raras no dia 25 e gostaria de falar a respeito do trabalho da Comissão de Doenças Raras. Relata evento organizado pela Casa Hunter, importante para o trabalho da Comissão. Pergunta de que maneira tal tema deve ser abordado. É orientada a abordá-lo durante o Informe das Comissões.

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita inclusão de pauta: Pleiteia pleno extraordinário para tratar da municipalização do Hospital de São Mateus. Diz tratar-se de processo realizado a toque de caixa, sem diálogo com o controle social, tampouco respeito à legislação. Até dia 16/01/2021, apesar de extraoficialmente, o processo de terceirização seguirá ocorrendo, como veio até agora. A entrega para OSS vem ocorrendo às cegas. O SINDSAÚDE entregou ao CMS e SMS pedido de mesa específica para discutir tal questão, com o envolvimento das SMS e SES, incluindo técnicos responsáveis pela terceirização.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Cumprimenta a todas e todos. Deseja a todos uma excelente reunião.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Há pedido do SINDSEP para fazer a transmissão do Pleno, virtualmente. Pergunta se isso poderia ocorrer.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Não considera razoável o pedido de Débora, já que a reunião já está sendo transmitida por meio do Facebook. Além do mais, tal solicitação não passou por aprovação do Pleno.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Afirma que o vídeo é público e o SINDSEP tem todo o interesse em transmiti-lo, propiciando maior visibilidade. Inclusive, agradece ao SINDSEP por fazer a transmissão. Trata-se de tema público.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Discorda da fala do conselheiro Fábio. Em nenhum momento após a instituição de mesas de negociação de conselhos gestores e controle social ocorreu uma situação como esta. As reuniões são públicas e devem atingir o máximo de pessoas. Entende que o Fábio participa da gestão, mas discorda completamente do que ele falou. A partir das 15h30 vai sair da reunião porque precisa ir ao MP fazer depoimento sobre OSS IABAS. Retornará assim que possível.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Não vê nenhum problema na transmissão. Porém, não concorda com o fato de certas decisões serem tomadas sem passarem pela anuência do CMS – fica indignado. Tudo tem mão dupla.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Não gosta de deixar nada debaixo do tapete. Respeita a posição do conselheiro Fábio. Entretanto, em nome da democracia e harmonia em reunião, coloca em votação a questão da transmissão.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Concorda com a democracia, e afirma que tal votação deveria ter sido realizada antes.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Novamente enfatiza a importância da

democracia. Solicita que os participantes votem, em regime nominal, em relação à transmissão da reunião, como vem sendo realizada no momento. Afirma que a reunião pode ser gravada, e ter acesso público. Enfatiza o fato de que o SINDSEP descreveu a pauta de maneira incorreta no vídeo divulgado à população em geral. Na descrição, há temas que não serão tratados na reunião atual.

Lumena Almeida Castro Furtado, Conselheira Titular representante dos Conselhos Regionais

Função Fim: A reunião do CMS é de acesso público e pode ser gravada. Se a gravação for utilizada de maneira indevida, meios punitivos devem ser aplicados ao infrator. Ainda assim, a reunião deve estar ao acesso de todos.

Mário Francisco França da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Recebeu, há pouco, pedido para retransmissão. Trouxe o tema à reunião para que houvesse reconhecimento da demanda. Não vê motivo para tanta discussão. O coordenador deve esclarecer tudo, sem maiores desentendimentos. Concorde com o conselheiro Fábio, deve haver cautela na transmissão. Porém, não é uma questão que justifique tanto desrespeito e estresse entre os participantes.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público:

Afirma que todos da gestão têm compromisso grande com a colaboração positiva necessária para enfrentarmos o atual momento. Estamos diante de diversidade, mas os objetivos são comuns. São agentes públicos com compromisso e organização. Essa situação é comum e ocorre hoje. Acredita que os participantes da reunião e os ouvintes lutam por um SUS de qualidade. O objetivo do CMS é único. Porém, pede que as pautas para inclusão sejam enviadas antes, e não impostas. Deseja colaboração e respeito. É contra a condução atual do processo. Que seja transmitida até pela rede Globo, mas com respeito, não assim.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:

Diz tratar-se de um assunto polêmico. A gravação das reuniões ordinárias do CMS vem sendo impedida. Não compreende o papel do SINDSEP nesta gravação. Porém, acha positiva tal intervenção. Afinal, trata-se de assunto democrático e interesse geral. Lamenta tal tema não ter sido trazido à tona antes, provavelmente por razões técnicas.

Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul:

Com a liberação de transmissão pelo Facebook, qualquer um pode retransmitir a reunião sem devida autorização dos participantes. Não há controle do que pode ser feito via internet com um tema tão sério. A internet é livre. Todos podem replicar o vídeo colocar o título que quiserem. Finaliza enfatizando que ainda há democracia no Brasil, mesmo que entre aspas. Porém, tal transmissão deve ser realizada com cautela.

Marcelo Monteiro Pinto, Conselheiro Titular representante do Poder Público:

Quer esclarecimento sobre as manifestações que estão no chat. Nunca tinha visto anteriormente. Agradece a atenção.

Convidada Lourdes Estevão:

- Vê, pela primeira vez, a participação da população cerceada. Já viu a sala do CMS superlotada, sob livre acesso a todos que desejassem entrar. A pandemia alterou a dinâmica de grupos. Nem todos podem participar livremente, há limite de acesso à plataforma. Portanto, enxerga como positiva a transmissão da reunião do Conselho. É o que vai ser discutido. Democracia envolve direito de participação. Estão fazendo tempestade em copo d'água.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro:

Esclarece que quem posta o link no Facebook e no Youtube são os conselheiros. Há conexão entre a discussão no Teams e o que vai para as redes sociais, tema previamente aprovado, com o qual o SINDSEP não possui ligação. O SINDSEP somente retransmite o que a página do Facebook do CMS vem transmitindo. As redes sociais têm funcionalidade que permite a retransmissão - o que pode ser útil para ampliar o conhecimento das pessoas. Enfatiza que a reunião é pública. Não conseguem transmitir hoje pelo Youtube, por enquanto. Outras páginas podem fazer retransmissão porque as reuniões são públicas.

Convidado Sérgio Antikeira: Foi contemplado pela fala da conselheira Débora e Lourdes. Débora confirmou que a transmissão foi aprovada, em decisão anterior do CMS. Isto não está pendente. Uma vez realizada a transmissão no Facebook pelo CMS, todos são livres para compartilhá-la. Milhões de pessoas poderiam fazer isto instantaneamente. Quem publica algo no Facebook espera engajamento. Quanto mais pessoas compartilham, maior vai ser o conhecimento sobre o que está ocorrendo. Se não pode divulgar, não deveria haver decisão positiva quanto ao compartilhamento. O Conselho está transmitindo e o SINDSEP está compartilhando. Pediu para o jornalista corrigir o texto colocado na descrição do vídeo na rede social. O texto, então, ficou de acordo com a pauta.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Questão de ordem: - Acredita não haver sentido discutir a fala da conselheira Débora. Sugere que a transmissão seja mantida, já que a atividade do CMS é pública, como prevê a legislação. Solicita que a reunião siga.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Foi contemplado pelas falas de seus companheiros. O CMS tem que ser visto por todo o Brasil.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Cumprimenta a todos. Lamenta sua ausência no início da reunião, que ocorreu por alterações na sua conexão de internet. Houve reunião executiva. A reunião começou às 14h. No momento, são 15h02. Acredita estar perdendo tempo que não dá para recuperar. Enfatiza a importância do respeito.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Retrata fala de sua colega Lumena, que propôs votação para legitimar que a reunião é pública, pode ser gravada e é de acesso de todos. Que se registre na ata essas formulações Pergunta se há necessidade de votação. Consulta o Pleno e não há nenhuma objeção dentro da reunião. Que fique registrado em ata. Enfatiza tratar-se de debate democrático. "Democracia dá trabalho e gostamos de trabalho", afirma. Propõe seguir a pauta. O pedido do Silas, realizado no início da reunião, entrará nas deliberações. Pergunta se todos concordam com a pauta, ou desejam realizar alguma alteração.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Fará informe.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Pediu informe sobre BID ao conselheiro Fábio.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Afirma que tal questão entrará para informes. Lê novamente a pauta, a pedido da conselheira Patrícia. Adiciona itens em pendência na SMS. Deseja resolver tais itens com autorização no Pleno - em prazo de até 7 dias. Se não resolvido, visa encaminhar para instâncias de controle, como MP, TCM, entre outras instâncias de controle. Isso tem a ver com as deliberações do CMS. Encaminhamento às instâncias de controle interno e externo às deliberações do CMS que não forem encaminhadas pela gestão. Resolução da volta às aulas – proposta de Erivalder. Enviar para Controladoria – proposta da Adriana. Informa que todos receberam a minuta da resolução da volta às aulas.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Lembra da criação da Comissão de Urgência e Emergência, já discutida anteriormente.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da Pauta com inclusões.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Lembra da análise do RAG 2019. Pergunta se foi discutida na Comissão de Políticas de Saúde e todas as comissões. Enfatiza que os tópicos restantes serão enviados à Comissão de Políticas em Saúde.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Ressalta que a questão do BID e análise do RAG estão contempladas para a reunião de hoje. Consulta o Pleno e a pauta está aprovada. Não há votos contrários, tampouco abstenção, acerca da nova ordem de pauta.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Está preocupada com o horário da reunião. Apenas na primeira discussão, sobre a transmissão da reunião, muitos indivíduos se inscreveram. Quer saber se todos os convidados poderão falar.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Propõe teto da reunião para 18h30. Sugere colocar tempo para cada ponto de pauta, a fim de não extrapolar o tempo nominal, e possibilitar a abordagem de todos os temas. Sugere os seguintes períodos, designados para os respectivos temas: COVISA – 1h; COVID – 1h. Sugere que se abram 5 inscrições para cada ponto, avaliando-se esporadicamente a necessidade de novas inscrições. Pede que todos os conselheiros e conselheiras façam suas inscrições via chat, possibilitando melhor gestão do tempo. Dessa maneira, o cronograma é disposto da seguinte forma:

Ordem do Dia - 2h

Deliberações – 1h.

Informes – 3 minutos para conselheiros – inscrição no chat.

Informes de comissão - 5 minutos cada.

A reorganização visa a total discussão da pauta.

Pauta aprovada. Não houve abstenções ou votos contrários.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Coloca em votação a aprovação das Atas 263ª Ordinária e 7ª Extraordinária. Pleno consultado e **Atas aprovadas.**

Informes da Mesa – Substituição de Cícera Ap. Moreira por Davi Alves Sena – participante do Segmento Usuários – Movimento Social Comunitário.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa aos Informes dos Conselheiros:

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Relata problema enfrentado por pacientes que dependem de dieta enteral, por sonda. A Prefeitura não entrega os insumos. É o famoso “ganhou, mas não levou”. Há usuários morrendo devido a essa falta de insumos. É necessário entrar em contato com conselho de vigilância alimentar ou tratar questão na Comissão de Políticas em Saúde. Soube, também, que haverá reforma no curso de capacitação a conselhos gestores - informação que não chegou ao CMS. Aborda a necessidade de maiores explicações sobre as obras do BID no Centro. Muitas reformas vêm sendo malfeitas. Ressalta o HSPM como exemplo de calamidade. Pede atenção ao tema. Estão em risco vidas de usuários e profissionais. Relata experiência pessoal recente: Foi à sua UBS, gerida por OSS, para checar seu monitoramento glicêmico – foi bem atendida. Recebeu orientação da própria recepcionista da unidade para preencher formulário com médica que não conhecia. Não concorda com a abordagem: Foi orientada a despachar protocolo a profissional não designado a isso. O SUS deve ter capacidade de lidar diretamente com a necessidade dos usuários, e não gerar protocolos, provendo lucro às OSS.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Relata ter conseguido aprovar comissão de acompanhamento das obras do BID na STS Lapa/Pinheiros. Com a insistência na realização de conversa direta com o responsável pelo BID, foi

possível tal feito. Aborda a questão da UBS Rio Pequeno, localizada em casa precária. Até agora, nenhuma informação sobre obra ou mudança de unidade foi passada a ele ou ao Givanildo, conselheiro parceiro em tal situação. Levanta questão sobre reunião que teve no PS Lapa, que sofre com superlotação. Foram solicitadas informações ao Hospital Sorocabana: Como estão os leitos COVID, e se a unidade vem aceitando pacientes não-COVID.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Está participando do Conselho Gestor da STS Vila Mariana/Jabaquara e do Ceci. Em 27/10 houve “abraço” no Ceci - mobilização conjunta no sentido de manter administração direta, serviço de Hanseníase e conservação de materiais. Engloba a necessidade de reforma de unidade - correção de goteiras, elevadores, entre outros materiais deste grande ambulatório que atende vasta reunião da Zona Sul. Tem grande área de abrangência, como Cidade Ademar. Tem gente de outras regiões que vão para lá. Fala de documento de 2014, encaminhado pela Coordenadoria, que fala relação entre trabalhadores e gerência, passando pelo Conselho Gestor. Considera um trabalho bonito, com vistas ao atendimento humanizado. Solicita que seja publicizada a todos. Sugere conversa com gestão para colocar em prática esse documento, bem como atualizar a necessidade de planilhar demandas em aberto e que sejam resolvidas, a fim de criar banco de dados resolutivo em relação ao usuário. Bom atendimento ao usuário é o objetivo.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Informa ao Conselho de STS Sapopemba/Vila Prudente que participou de reunião onde discutiu o RAG 2019 em conjunto com áreas técnicas, acerca de obras que vêm sendo realizadas com emendas parlamentares e, portanto, requerem acompanhamento do CMS.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa aos Informes das Comissões.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Inicia fala abordando a atuação da **Comissão DST/Aids**, que neste mês apreciou parte da PAM 2020 - os trabalhos e metas realizados. A PAM é elaborada em conjunto com a sociedade civil. Devido à pandemia, ainda não foi resolvido como a PAM 2021 será elaborada. No dia 02/12 haverá audiência pública sobre HIV e TB, junto às ODS, onde consta a meta de erradicação destas doenças. Lembra que dia 01/12 é dia de Luta Mundial contra Aids – Tal assunto será levantado para discussão na Câmara Municipal. A Comissão e o CMS estarão presentes. Sua missão será estar presente na discussão.

Comissão Pop Rua - Foi debatida a questão do Hospital Municipal Bela Vista. É hospital localizado em prédio alugado, que vem sendo remanejado para ser referência no atendimento a esta parcela da população.

A Comissão do Conselho trabalha com o Comitê de Pop. Rua da Comissão de Direitos Humanos. No dia 19 haverá reunião virtual elaborada pela Comissão de Direitos Humanos, a fim de nortear o atendimento à tal população.

Comissão de RH: - Amanhã haverá reunião com CIST para discutir questão da UPA Santo Amaro. Enfatiza que se trata de reunião aberta. Convida a todos.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Comissão de Patologias: Lembra que a reunião da Comissão deste mês foi adiada para dia 23/11, às 14h - assim como ocorreu com a mesa de COVID-19. Se desculpa com os colegas conselheiros por não ter avisado antes. Faz, agora, a divulgação oficial. Frente Parlamentar da Câmara, por meio do deputado Diego Garcia, organiza eventos, muitos deles em agregação com a Casa Hunter. Vai falar sobre o trabalho da comissão do CMS nos eventos. Em 01, 02 e 03 de dezembro, outro evento será organizado pela Casa Hunter. Busca, novamente, poder falar sobre a atuação do CMS na reunião. Fala sobre análise do RAG - vai encaminhar ao Júlio.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: GT de Planejamento - Haverá reunião amanhã. Informa que o MPT tem se articulado

com a Comissão para discutir a questão da COVISA. Haverá, no dia 19, reunião específica sobre desmonte da COVISA.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Comissão de Orçamento e Finanças - Houve reunião ontem. Estão reformulando a departamento da COF. A Dra. Jussara deixou o departamento, portanto, há excesso de trabalho para pouca gente. Isso denota impossibilidade em realizar acompanhamento dos hospitais de campanha, estão sem suporte. Na reunião do dia 09/12 haverá presença da área técnica na reunião para dar continuidade à reunião da Comissão. Será discutida a questão do RAG 2019.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Inicia a sua fala lembrando tema pertinente à Comissão de Patologias: Sábado é Dia Mundial da Diabetes. Tem postado temas correlatos em sua rede social. Lamenta que protocolo oficial do Governo Federal não impõe que portadores de Diabetes permaneçam em casa na atual situação de saúde pública que enfrentamos.

Comissão de Comunicação: - A próxima reunião será transmitida por Youtube. Ressalta o Facebook como plataforma com engajamento superior. Exemplifica com a reunião atual, que tem sido transmitida por 44 usuários. Cita como um bom exemplo de possibilidade de acesso público às informações compartilhadas na reunião. Aborda a falta de capacitação para conselheiros no uso de plataforma Teams. Não vê perspectiva próxima para o término das reuniões online. Por isso, enfatiza a necessidade da Microsoft ou do próprio município fornecer orientação para que os participantes possam ter mais propriedade dessa ferramenta. Sobre o acesso à internet dos conselheiros – muitos não têm pacote de dados nem acesso à internet. Poderiam ter acesso à pacote de dado por meio de chip - o que é possível de ser realizado pela SMS. Cita que agora há representação de Ouvidoria na comissão, o representante João, que falou que os relatórios, que não anuais, são apresentados via solicitação. Enxerga como importante a elaboração de relatórios da Ouvidoria sobre o tema COVID-19. Estão estudando fazer folder, em conjunto com Danielle, do SMS, um boletim informativo para explicar os temas tratados em reuniões, para distribuir em redes.

Comissão Políticas de Saúde: – Na última quarta-feira, passaram pelo RAG – no entanto, precisam de apoio técnico da SMS. Por isso, vão remarcar a reunião de análise do RAG com a presença de técnicos. Outra questão é organização de cronograma de explicações, apresentação das obras do BID nas diferentes regiões da cidade. Foi realizada discussão sobre papel da coordenação da comissão. Houve reunião sobre o papel da coordenação na Comissão. Há espaço e maturidade suficiente para haver autocrítica. Receberam demanda do Pleno para discutir assistência farmacêutica – devido à falta de medicamentos. Tal discussão será feita na próxima Reunião Ordinária. Tiveram reunião extraordinária sobre a reestruturação da SMS, trazida pelo decreto nº 59685, de 13 de agosto, que trouxe mudanças. Vão continuar discussão. Sem o entendimento sobre as mudanças, é difícil discuti-las, atrapalha o controle social. Vê necessidade de elaboração de assunto aprofundado. Foi sugerida capacitação dos conselhos sobre reestruturação. Isso será discutido em conjunto com a Comissão de Educação Permanente. Sobre as áreas do RAG que deverão ser analisadas pela comissão – Sugere que cada Comissão traga as áreas pertinentes ao debate.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Educação Permanente - Afirma problemas para inscrição dos participantes via chat. Fala sobre a Comissão de Educação Permanente, que dialoga sobre a nova proposta do RAG. Maria do Carmo e Rose têm ajudado nas reuniões.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Não possui informe da Comissão Inter Intraconselhos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Receberam documento da Procuradoria do Estado e SP (nº 9550/2020)– pertinente ao tema de monitoramento de kit intubação durante a vigência COVID. Há questionamento acerca do controle social do CMS sobre a disponibilidade de tal kit. Houve diálogo com a mesa temática e CMS. A partir disso, ficou decidido aumentar a vigilância sobre tais

problemas de abastecimento durante a pandemia. Vão ficar vigilantes com relação a essas questões e outras que põem em risco a Saúde da população. Ressalta que assunto seja abordado na mesa temática. As solicitações devem ser feitas oficialmente por escrito. Ressalta que nenhum sindicato recebeu monitoramento sobre EPI. Pede que se tome cuidado. Se não houver solicitação formal ao Secretário os temas de interesse, corre-se o risco de omissão. Tal encaminhamento, sobre o kit intubação, já foi repassado. O Secretário de Saúde receberá encaminhamento formal em relação ao kit e divulgação das prevenções e cuidado em relação à COVID-19. Fala sobre a homologação dos conselheiros da região Sul, que foi aprovada no Pleno. No dia 27/07 foi comunicado à Secretaria Executiva, solicitado ao Secretário Edson Aparecido para que fosse publicado. Até agora não foi. Se em 7 dias o documento não for publicado, vão enviar a todas as instâncias de controle. Ressalta a necessidade de se resolver a formalização da cadeira da região Sul. Outra cadeira vaga é a de Conselho Mesa – Ontem o Júlio enviou ofício aos Conselhos Meio para verificar se há interesse em ocupar a vaga. Em matérias que requeiram quórum qualificado não há condição de votar. Não há paridade no CMS para realizar votações desta natureza. Houve denúncia sobre desmonte da COVISA - desestruturação e desintegração do plano de trabalho. O território e funcionários não receberam preparo para lidar com a descentralização. A Saúde do Trabalhador foi área completamente esvaziada. Os colegas Ricardo, Deodato, Flávia, Erivalder estão acompanhando tal ponto de pauta.

Comissão de Urgência e Emergência: Há necessidade de criação da Comissão de Urgência e Emergência, por conta da Lei que extinguiu autarquias e passou tal atribuição ao CMS. Membros do CMS irão à reunião como convidados. Irá, provisoriamente, liderar a reunião. Precisa-se recompor no CMS com os membros que eram do CONDEFI como convidado. Precisa de nomes de 2 usuários para compor a comissão vinda hoje.

Comissão de Acompanhamento de Controle de Gestão: Há quase três anos foi enviada proposta ao governo, para nomeação oficial da Comissão. Foi passado ofício ao Secretário, que retornou pela AGP. Caso situação não seja solucionada em até 07 dias, órgãos de controle serão acionados. Não tem havido diálogo sobre transferências para OSS – se isso está sendo acompanhamento pelos conselhos gestores. Enfatiza o dever e direito dos conselheiros das respectivas comissões de acompanhar o debate das novas resoluções propostas. É necessário reconhecer os trâmites de descentralização, e também como ocorre o serviço na ponta das 27 supervisões técnicas. Caso contrário, configura-se omissão. Reitera a importância de que os conselheiros de STS procurem o CMS para dialogar. Vão procurar Secretário e o prefeito e cobrar publicamente da Prefeitura que publique os nomes dos membros da comissão de acompanhamento, fiscalização e monitoramento das OSS. Faz apelo para que os conselheiros desta cidade de luta cobrem do prefeito Bruno Covas que cumpra o que está na lei que criou as OSS. Se é para ter força, foco e fé, deve-se cumprir com suas responsabilidades constitucionais e legais. Não se trata de proibir a transferência para as OSS, mas sim acompanhar sua realização. Dra. Elida Graziane fala que o CMS não pode se omitir diante das transferências para as OSS. Deve-se observar se há melhora ou não do atendimento, a não implicação em aumento de gastos públicos, entre outros fatores. 23 unidades que não foram consultadas após transferência para OSS. Não se pode renovar contrato disfuncional para a população usuária do SUS. Propõe sua fala como uma sugestão aos conselheiros, para que eles cumpram seu papel constitucional de fiscalização: A população precisa ser consultada. Cada conselheiro da STS precisam ficar de olho nisso para não haver omissão. O controle social precisa ser de verdade. Outra questão é a estruturação do CMS – Estão solicitando à gestão que cumpram a dotação orçamentária do CMS e Conselho Gestor. São recursos destinados à participação e controle social no Conselho e Supervisões. Podemos controlar assessoria jurídica, econômica e nunca foi contratada. São mais de 500 mil reais destinados à contratação de serviços jurídicos, financeiros e afins de terceiros. Há dinheiro para OS e não para o fortalecimento do controle social. Há mais de 300 mil reais em recursos para materiais, equipamentos, passagens usadas para locomoção, equipamentos e materiais permanentes; a serem alocados em 2021. É necessário saber o valor a ser investido no fortalecimento do controle social. Estão cobrando isso da administração. Levanta questão de reforma necessária na sala do CMS, por problemas estruturais. Enfatiza a necessidade de atuação dos bibliotecários – para digitalização de documentos em papel que precisam ser organizados e digitalizados. Ressalta a necessidade de investimento nos trabalhadores da Secretaria Geral com cargos remunerados. A Análise de Instrumentos de Gestão ocorrerá até final de novembro. Tal agenda deve ser

sincronizada com a de outros órgãos competentes, para que se cumpra o prazo-limite de novembro. Estão pedindo lista de prédios onde havia profissionais de COVISA, RH, AHM. Querem saber informações acerca da alocação dos funcionários. Vê importância na avaliação de ocorrência de aglomeração. 03 funcionários já morreram em decorrência da COVID-19. Precisa-se saber se a reorganização vai trazer problema para os trabalhadores e frequentadores; já que em muitas situações foi feita apressadamente. Tal responsabilidade é da gestão. Enfatiza a responsabilidade da gestão da elaboração da CIPA. Há Lei que determina estabelecimento da CIPA no prédio. Recebeu a informação que não era para montar CIPA aqui. Não sabe se é verdade. De toda maneira, tal situação suposta implica em crime. Não há CIPA no prédio. Será necessário montá-la em todas as unidades, inclusive no Gabinete da SMS. Pede desculpas por ter se estendido em sua fala.

Convidada Adriana: Pergunta sobre eleição do Grande Conselho do Idoso.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Orienta que Adriana esclareça tal situação com Jair e Nadir, e passa à Ordem do Dia, convidando o conselheiro e AGP Fábio Salles. Não houve resposta. Pergunta se há alguém da COVISA presente. Pergunta se a Dra. Selma da COVISA encontra-se presente. Não há representantes da gestão na reunião. Solicita verificação de quórum.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Faz chamada nominal.

Auxiliadora presente, Adriana – presente, Nila – presente, Dimas – presente, Rubens – presente, Cirlene – presente, Jaqueline – presente, Maria Aparecida – não, Jilsomar – presente, Mário – presente, Vita – presente, Patrícia – presente, Pâmela/Gilberto – não, Erivalder – presente, José Henrique – presente, Carlos – presente, Deodato – presente, Silas – presente, Leandro – presente, Lumena – não, Margareth – presente, José Henrique – presente, Maria da Penha – não, Jason – não, Reinaldo – presente, Vera – não, Fernanda – não, Fábio – não, Marcelo – não, Rita – não, Marcelo – não, Drausio – não.

Há 20 presentes – Quórum para continuidade da reunião.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa ao ponto 1 da Ordem do Dia. Ressalta que gostaria que a gestão estivesse presente, mas vai prosseguir mesmo assim.

COVID 19 – Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: ressalta a incidência da segunda onda da pandemia de COVID-19, que vem ocorrendo também em São Paulo, apesar da subnotificação. Agradece a oportunidade de ter participado de reunião técnica anterior sobre tema, com a participação de Lourdes, que pode participar posteriormente e expor seu ponto de vista. Cita jovens que não conseguem usar máscaras, e participam de reuniões sociais durante todo o fim de semana. Não sente engajamento no trabalho com jovens, que ao seu ver serão os grande transmissores dessa doença

Convidada Lourdes Estevão: Dentro do que a Vita coloca, a questão fundamental é o aumento dos casos de COVID, principalmente nos hospitais de médio e alto padrão - como constatado em reunião técnica anterior. A COVISA não tinha esses dados. As informações vinham da mídia. Muitas vezes, se perguntava como era possível a mídia ter as informações, e a COVISA, que é produtora de dados, não. O aumento vem ocorrendo de fato, em pelo menos 14 hospitais. Isso envolve grande apreensão. A COVISA afirmou estar fazendo monitoramento, afirmação a partir da qual levantou-se pontos importantes ao controle e monitoramento da COVID, como o atendimento a pessoas com outras doenças, que sentiam prejuízo no atendimento. Outra questão discutida foi a solicitação à SMS que retomasse a mesa de negociação, porque há muitos trabalhadores com problemas e sem espaço de discussão. O Fábio disse que nesta semana haveria resposta, manifestação em relação a isso. Continua a discussão sobre a abertura das escolas – levantou-se o tema de abrir escolas no final do ano, quando há poucos dias letivos a serem cumpridos. No entanto, tal discussão merece maior aprofundamento. Pede que Erivalder complemente sua fala, enquanto ela retoma outros pontos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa a palavra à convidada Luba.

Convidada Luba Mello: Se apresenta como dirigente do SINDSEP e analista bibliotecária na PMSP. Tem-se acompanhando a abertura dos CEUS pela prefeitura. Entende que trata-se de uma proposta irresponsável e eleitoreira. A pandemia não acabou, e tal ação envolve grande risco para profissionais e população. Profissionais e funcionários não foram testados, não cumpriram protocolos em conjunto com a Secretaria de Educação. Está acompanhando a reabertura das escolas e não pode aceitar a situação. Não há atestado escrito pela SMS permitindo a reabertura. Podemos ter 2ª onda. Decreto inicial afirmava que escolas só poderiam ser reabertas durante a fase azul. Enxerga com grande preocupação a reabertura, porque a pandemia não acabou. Não se pode aceitar algo que não está sendo discutido entre os profissionais. Pedem apoio para não acertarem o retorno sem segurança sanitária. Analistas de esporte e biblioteca têm realizados excelente trabalho online. Apenas se recusam a pôr em risco a própria vida e a vida da população em nome de aceitar situação que considera injusta. Solicita apoio para que tal proposta de retorno não seja aprovada. Os CEUS têm problemas estruturais inerentes ao seu funcionamento. Houve corte de empresas de limpeza terceirizadas. Chegou ao sindicato caso de contaminação por COVID na zona leste: aluno e trabalhador. Ressalta como exemplo para a importância da construção de protocolo de retorno. Não deve ser uma decisão tomada de cima para baixo. Pede que seus colegas analistas também apreciem tal tema.

Convidado Wellington Villar: Cumprimenta a todos, apresenta-se como analista do CEU Caminho do Mar. Enfatiza falta de diálogo, retomada sem equipamento e proteção. Tal decisão de retorno tem sido realizada de maneira arbitrária, às pressas. Nem álcool gel vem sendo oferecendo. Não sabe a intenção que há por trás disso. Desconhece o motivo real. Muitas vidas, inclusive das crianças alunas dos CEUS, estão sendo colocadas em risco, podendo levar e trazer o vírus para casa. As atividades estão sendo exclusivas para alunos da rede municipal. Há crianças e adultos que não são da rede, são usuárias dos CEUS, e vêm sendo impedidas de acessar as aulas. “Por que o retorno não é para todos? Por que ocorre exclusão?” - reflete. As atividades dos adultos não têm sido autorizadas. No entanto, quadras estão sendo alugadas para que práticas esportivas sejam praticadas. Tal decisão não está formalizada, não segue protocolo, e tampouco vem sendo aplicada de maneira uniforme a todos os CEUS. Não estão sendo ouvidos, não há diálogo, apenas imposição. Se não fizerem atendimento, os pontos são cortados e os funcionários, notificados. Reitera sua inconformação com tal situação e finaliza a sua fala.

Convidada Samara Rejane: Todas as vidas merecem respeito. A Secretaria Municipal de Educação entende isso. Nos CEUS não há condição sanitária. O número de trabalhadores é reduzido. Isso coloca vidas em risco. Solicita que, pela falta de protocolos e condições sanitários, a reabertura não ocorra. Não houve testagens de trabalhadores. Há relatos de CEU em que todos os trabalhadores estavam com COVID. E nada foi feito, colocando toda a população em risco, já que os trabalhadores se locomovem pela cidade. Os espaços estão sendo liberados sem nenhum controle. Quadras e campos têm sido abertas sem nenhum controle, mesmo sem a liberação de esportes com bola pela Secretaria Municipal do Esporte. Há diversos erros, têm-se liberado políticas sem controle e sem protocolo. A isonomia entre os trabalhadores dos CEUS é problema que a Secretaria da Educação precisa resolver. Se uns não podem atender o público, por que o analista de esporte e analistas de biblioteca podem? Há “capa de invisibilidade” nesses funcionários? Qual é a diferenciação? Há um protocolo que foi elaborado, mas não oficializado. Exigem que todos os trabalhadores sejam tratados com isonomia. Pede apoio ao CMS, para que olhe para essa abertura absurda e que imputa falta de respeito com as vidas.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Relata tentativa, realizada ontem, de entrar em contato com o CEU Jaguaré. Foi ignorada. Não permitem vistoria. Como Conselheiro de Saúde, gostaria de ficar a par da situação. Os conselheiros não conseguem fiscalizar. A população está temerosa em relação aos seus filhos. Lamenta a impossibilidade de fazer visita presencial ao local.

Margareth Anderáos, Conselheira Suplente representante dos Conselhos Regionais Função Fim: É do Conselho Regional de Educação Física (CREF). Ressalta a existência de documento referente à volta às aulas. De fato, as atividades em grupos devem atender protocolos. As pessoas vêm sendo pressionadas a voltar sem qualquer cuidado. Há no site do CREF documento a respeito do cuidado ao retorno a atividades esportivas, em aulas e academias. É um documento bem elaborado e profundo, no qual são justificadas quais unidades poderiam retornar. Sugerem que entrem no site do CREF.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Já foi apresentado panorama profundo da discussão da mesa técnica. Trazem equipes para discutir questões específicas da pandemia. Não têm conseguido responder à questões fundamentais que vêm sendo formuladas. Em muitas ocasiões, há impressão de que os técnicos da COVISA ficam constrangidos para darem suas opiniões de maneira aberta. Passa a impressão de que há pressão da gestão para aceitação das decisões tomadas. O retorno presencial dos alunos e servidores públicos - alguns do grupo de risco - vem sendo levantado para debate, sem resposta. Por isso, foram discutidas questões desta natureza. Há tendência de aumento do número de contágio, particularmente em setores como a classe média e jovens. A população mais pobre já estava exposta há mais tempo, pela necessidade de trabalho. Condições de higiene e moradia propiciam o maior contágio em esferas da população em estágio de vulnerabilidade social. Atualmente, a configuração mudou. O retorno às aulas pode potencializar o aumento de contágio. O patamar de contágio é elevado ainda. No Brasil, a taxa de mortes ainda é alta, ainda que São Paulo tenha reduzido o número de mortes, talvez por alterações dos protocolos de atendimento - uso de medicação e internação de maneira mais precoce, entre outros elementos que podem ser discutidos hoje. Tem proposta de resolução sobre o retorno às aulas presenciais, não aceitando os critérios que foram trabalhados até agora com a Secretaria da Educação. A SMS também não apresenta os critérios com os quais orientam a Secretaria de Educação - porque não existem.

Convidado Maciel: - Dirigente de Educação do SINDSEP – Como coordenador do Fórum Municipal de Educação, gostaria de apresentar preocupações concernentes à ausência de diálogo. A ideia era ter diálogo construtivo para salvar vidas. Em 18/03, dois dias após o decreto de declaração do estado de emergência, já havia na Secretaria discussão sobre o teletrabalho, condições dos funcionários dos CEUS, entre os demais trabalhadores. Pena que houve ausência de diálogo. Queriam criar mesa setorial de educação, em construção conjunta. O fórum, visto como articulação de políticas na cidade, faria parte, assim como a atuação de outros parceiros. Por meio da Comissão de Educação, foi possível estabelecer debate. Na mesa técnica, pôde-se sentir que a fala do Secretário Municipal de Saúde transmitia sentimento de que a fala de que as decisões da educação eram baseadas na saúde, passando a impressão de que diversas instâncias participavam do debate, incluindo o controle social. Para sua surpresa, o debate não ocorreu. Houve somente instruções normativas. O retorno do ensino médio e dos CEUS seria feito com profissionais que já tivessem testado positivo, sem levar em conta sequelas e problemas advindos de condições como essa. Nesse sentido, busca travar diálogo, cobrando parecer técnico da saúde sobre a questão do retorno. Ao contrário do esperado, tal demanda foi respondida por um decreto de 5 linhas no Diálogo Oficial determinando o retorno das atividades esportivas nos CEUS e outros espaços educacionais. Toda a saúde vem sendo afetada. Agradece a oportunidade de poder trazer como vem sendo de fato conduzido tal processo. Reitera o fato de que a reabertura do comércio na cidade também é potencialmente nociva.

Convidada Soraia Alexandre: - Cita casos de profissionais trabalhando sem testagem. Há falta de clareza. O Secretário de Educação diz que obteve informação com a SMS. Não possuem dados das testagens realizadas. Foi enviado questionário enviado aos alunos, não implicando em discussão adequada, que reverberou no desejo de retorno por parte dos alunos. No entanto, vê tal estratégia como equivocada. Não houve estrutura de contratação de funcionários terceirizados para preparar alimentos ou contratação de professores para retornar com as aulas presenciais. Há alunos que, inclusive, afirmam que a mãe não deseja seu retorno, mas o fazem ainda assim por saudade de colegas. É um momento de impasse. Há alunos que vêm às aulas de maneira esporádica. O movimento na cidade aumentou por conta disso. Os leitos hospitalares na cidade têm maior ocupação. Isso é fato, publicizado e notório. Não há revelação dos dados do inquérito sorológico parcial praticado nas UBS. Reconhece a notoriedade do trabalho, que custou

cerca de 40 milhões. Expõe seu ponto de vista ao CMS e solicita informações oficiais e qualificadas. Lamenta a última informação oficial publicada, que revelou precariedade do trabalho que vem sendo realizado até hoje. Reconhece o trabalho dos conselheiros, guerreiros, em prol dos munícipes.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Reconhece o desejo de todos que as aulas retornem o quanto antes. Lamenta a ausência da gestão nesta reunião tão importante, assim como a ausência de diálogo adequada. As decisões vêm sendo tomadas sem a participação da comunidade no território. Não dá para aceitar decreto uniforme. Para haver abertura, deve haver segurança, como inscrito em nota anterior e provavelmente na deliberação de hoje. Realmente, as taxas de incidência e transmissão vêm caindo. Porém, em São Paulo, não dá para considerar tudo igual. Os CEUS estão localizados em área de vulnerabilidade, onde há maior mortalidade. É preciso considerar a peculiaridade de cada território. Há questão de ventilação, higiene, EPI, monitoramento, distanciamento social, recursos para limpeza. Porém, não vê quem garanta e monitore o processo. Não enxerga segurança nesse ponto, tampouco concorda que seja o momento de reabertura - seja para conteúdo curricular ou esportivo. Precisam preservar vidas. Na Europa, Argentina, se fala de segunda onda. No Brasil, a 1ª onda não acabou. Ocorre recrudescimento dentro da primeira onda. Não podemos baixar a guarda. Tal problema, que nos aflige, é próximo. É essencial haver imunização para que ocorra retorno às atividades.

Convidado Aciovaldo Marques: Parabeniza a todos pela reunião. Tudo já foi falado. Considera difícil acrescentar algo novo. Há interesse eleitoreiro. É necessário preservar vidas. Crianças, após participarem de atividades nos CEUS, voltarão para casa, onde são cuidadas pelos avós, participantes do grupo de risco. Não há 100% de segurança. A vida deve ser garantida, como prevê o ECA e a Constituição Federal.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Quer falar sobre a atuação dos CEUS na pandemia. O CEU Jambeiro, na região de Guaianases, foi usado para acolhida de pessoas em situação de rua durante a pandemia. Há número expressivo de moradores em situação de rua ali abrigados, que ficaram espantados com a proposta de reabertura dos CEUS, preocupados se voltarão às ruas. Não tem como falar de saúde sem diálogo com a SMADS e Secretaria de Educação. Não basta a conversa ocorrer apenas entre nós. O assunto é abrangente a intersecretarias, interconselhos. Preocupa-se com a situação se houver reabertura

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Considera lamentável a postura da SMS de se ausentar numa reunião tão importante. Parece proposital para não fornecer informações, à beira de uma eleição. Tinha muitas questões a serem feitas, acerca da vacina, se há articulação municipal e estadual e planejamento concernente a isso. Discorda com Harada, acredita que os números de COVID têm aumentado, especialmente em hospitais privados. Questiona sobre os hospitais de campanha. Dentro da reestruturação queria saber como funcionariam as unidades de cuidados continuados integrados, instituído pela Portaria nº 438/2020 para cuidar das pessoas com sequelas de COVID. Agradece os companheiros que foram capazes de compartilhar conhecimento, mas não considera suficiente. Acha que devem partir para a votação da resolução. Hoje, ouviu podcast da revista The Lancet sobre a reabertura de escolas, que só podem ser consideradas em condição de controle da pandemia, com testagem de profissionais envolvidos. Nada disso foi articulado com os Conselhos de Educação ou o CMS, que não faz parte do contexto de nenhuma decisão da COVID. Há manifestação linda na reunião, com cartazes, afirmando contrariedade em relação à abertura das escolas. Comentários no Facebook também rejeitam a abertura. Acha que deve-se seguir para a votação da resolução.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Relembra condição inicial da COVID-19 em Wuhan. No início fecharam a cidade, visando conter a disseminação da doença. Percebeu-se que tal determinação, na verdade, contribuiu para aumento da transmissibilidade. A testagem em massa e o isolamento de pacientes é capaz de deter a disseminação do COVID-19. A principal coisa nunca tivemos, que é a testagem em massa. Nos dados da semana do dia 05, divulgados pela PSMP, constam 565.396 testes em branco, 287.683 positivos e 460.817 negativos, totalizando 1.315.086 casos ao todo. Não se deve falar em retorno às aulas sem autoridade sanitária da SMS garantir os processos. Cada um pode estabelecer protocolos e critérios, baseados em informações

reais. O retorno às aulas deve estar sustentado nisso. O Albert Einstein não é autoridade sanitária para realizar tal decreto. A COVISA tem expertise para exercer tal função, com critérios validados e consistentes, a fim de preservar a vida de usuários e trabalhadores. Lamenta decisão da Gestão, que refuta o direito fundamental à vida de todos nós. Faz as palavras de todos as dela. Essa é uma luta em prol da vida das crianças, idosos, profissionais. É uma luta política. Parabeniza a todos.

Convidada Melissa: Analista do CEU Jambuí, que foi abrigo para 90 moradores de rua de maio ao final de outubro. Em novembro deveriam voltar ao local, sem procedimentos de desinfecção, adaptação, limpeza, disponibilização de EPIs, etc. Não sabem como tudo foi tratado. Foram informados que não havia documento oficial, que teria sido acorde de cavalheiros. A desinfecção dos ambientes utilizados foi feita só com água e cloro, como determinado pela Secretaria da Educação. Ainda se questiona tal determinação. Em qualquer órgão há determinação oficial acerca disso. Está sendo necessário trabalhar nestas condições. Cada indivíduo foi abrigado em qualquer albergue, serviço de assistência social, ou voltou para as ruas.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Propõe votação da resolução.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno, se alguém é contrário a fazer leitura e votação da minuta de resolução neste momento. Afinal, não é previsto que se altere o teor da reunião durante o andamento da mesma. Deve-se seguir o Regimento. Questiona a todos os presentes, se são favoráveis à proposta do conselheiro Erivalder. Aprovada a leitura e votação da minuta de resolução. Todos gostariam que a gestão estivesse nesse processo junto com a gente. Foi decisão unilateral da gestão não participar, e isso é lamentável. Como abriram mão desse protagonismo e levaram, inclusive, representante da COVISA, que apresentaria dados e poderia mudar o rumo da discussão. Há quórum para aprovação – que fique registrada em ata. Passa à leitura da Resolução a um dos membros que trabalharam sobre ela.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Tem contribuição importante do Jorge Kayano – passou pelo grupo de COVID 19. Houve análise e consenso. A primeira proposta, encaminhada via e-mail para ciência de todos, foi enxugada. A proposta atual é mais enxuta, mas não houve alteração de conteúdo. Faz leitura:

Proposta de Resolução - Pleno CMS 12/11

O CMS-SP em sua 264ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 12/11/2020 no cumprimento da Lei nº 8152 de 28/12/1990:

Considerando o enorme impacto da pandemia de COVID no município de São Paulo e recomendação sobre retorno às aulas presenciais no atual cenário epidemiológico da COVID-19 do município de São Paulo, aprovada por esse conselho em 10/09, considerando que, segundo jornal Estado de São Paulo, em 04/11, escolas públicas e privadas foram abertas ontem pela primeira vez na capital para aulas regulares de ensino médio. Mas o retorno tem resistência de pais e professores.

Segundo o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, cerca de 9 mil alunos da capital realizaram atividades nas escolas estaduais do ensino médio ontem, de um total de 58 mil estudantes nas unidades estaduais que oferecem essa etapa. A pasta calcula que 500 escolas (de 1.086) estejam abertas na capital, considerando todas as etapas e não só o ensino médio.

Na rede municipal, as nove escolas com ensino médio abriram, mas a adesão de alunos ficou em 10%, abaixo dos 20% esperados. O percentual informado ontem não inclui as que têm aulas noturnas. O secretário municipal da Educação, Bruno Caetano, disse que a expectativa é de aumento na procura nas próximas semanas. Uma avaliação diagnóstica vai ocorrer a partir do dia 9 e a reabertura de outras etapas deve ser definida até os dias 18 ou 19 para volta em 2 de dezembro. “Essa vai ser a tendência: começando pelos mais velhos, com mais compreensão de protocolos.”

Considerando que a notícia evidencia o não cumprimento pela SMS da recomendação aprovada por esse Conselho em 10/09, qual seja o não retorno das aulas presenciais no município de São Paulo, nesse momento solicitando à PMS e SMS a abertura de diálogo para discussão da proposta antes de

sua implementação com os conselhos participativos, associações e sindicatos, representantes dos trabalhadores e com a população em geral.

Que o protocolo “Volta às Aulas”, da Secretaria Municipal da Educação de setembro 2020 de número 162 resista ao protocolo elaborado com participação de especialistas da SPDM e UNIFESP. Toda a orientação foi organizada com base em protocolos indicados pela SMS/SP; no entanto tal protocolo não aponta qualquer documento orientador produzido pela SMS.

Que o documento da fundação Oswaldo Cruz, órgão do MS, com o título “Contribuições para o retorno de atividades escolares presenciais no contexto da pandemia covid-19”, de setembro de 2020, incorporado entre as referências adotadas pelo Ministério da Educação em seu guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica outubro 2020 apresentam sete indicadores globais específicos para retomada das atividades presenciais entre as quais destacam:

- Redução da transmissão comunitária menor que 1 caso novo/dia por 100.000 habitantes;
- Taxa de positividade para Covid19 inferior a 5% – número de positivos/número de amostras para Sars-Cov-2 que foram realizadas na SE
- Capacidade para detectar, testar (RT-PCR), isolar e monitorar pacientes/contactantes. Diagnosticar pelo menos 80% dos casos no município ou território.

Resolve:

Aprovar as seguintes diretrizes referentes à definição de prioridades para ações de controle da pandemia da covid 19 no município de São Paulo, passados mais de 8 meses do advento do primeiro caso de transmissão local no município e o primeiro também do país em 26/02.

Cabe à SMS:

- Desempenhar plenamente sua competência de gestora do SUS desta capital, como manda a Lei Orgânica do Município em artigo de nº 216
- Diante da pandemia, ainda não controlada, e da notícia citada de 4 de novembro, a SMS/SP deve dialogar e se manifestar imediatamente junto à SME, dando continuidade ao compromisso de transparência e prestação de contas à população conforme relatório situacional da COVID-19, de julho de 2020 no município
- Mostra se imprescindível a produção de relatórios atualizados onde a população encontrará dados e análises referentes à situação epidemiológica da COVID-19 e das ações realizadas para o seu enfrentamento

Boletim: “As potencialidades de uma rede de atenção consolidada no enfrentamento à pandemia no município de São Paulo”, de julho de 2020

Nesse sentido a SMS-SP precisa informar à SME e toda a população qual a avaliação da vigilância de saúde e suas recomendações, tendo em vista os sete indicadores da FIOCRUZ, e particularmente respostas às seguintes perguntas:

- Qual é a atual taxa de casos novos por dia, a cada 100.000 habitantes?
- Qual a taxa de positividade dos testes RT-PCR das últimas semanas epidemiológicas?
- Quais são os dados demonstrativos da capacidade de detectar, testar, isolar e monitorar pacientes e contactantes?
- Qual o atual percentual de diagnósticos em relação aos casos estimados?

A SMS precisa também informar resultados da primeira fase de testagem em massa para retorno às aulas, como noticiado em 01 de outubro no site da SME.

Segundo a PMSP, ao todo, a primeira fase de testagem iniciada hoje, em 01/10, se estende até o dia 15/10. Nesta etapa a previsão é a de colher material sorológico de 192 mil pessoas. Ao todo o processo quer testar 777 mil pessoas nas 3 fases de coleta. O investimento é de R\$50 milhões. isso está contido no site da SME.

Cabe à SMS cumprir suas responsabilidades previstas na Lei Orçamentária - artigo 219 e 220

Diante da atual pandemia da COVID-19, a mais agressiva dos últimos 100 anos, a SMS precisa estar presente e atuante diante da rede de ensino especialmente, mas não exclusivamente, na rede municipal, controlando condições de segurança e visando reduzir riscos de contágio pelo coronavírus em cada escola

Artigo 219, inciso 1 - Garantindo no caso a professores e demais servidores, isto se aplica a todos os equipamentos voltados a proteção social, e também quem lida com muitos usuários infantis tem o direito a acompanhar ações de controle e avaliação das condições de segurança em relação à COVID-19

Artigo 219, parágrafo 1 - Podendo emitir laudo para autorização de funcionários e eventuais interdições (artigo 219, parágrafos 3 e 4) e o diálogo com representantes dos trabalhadores nos temas que envolvem a saúde - Artigo 220 da Lei Orgânica do Município.

Neste sentido a SMS deve apresentar relatórios periódicos dessas ações ao CMS, especialmente diante da retomada das atividades presenciais. Nas redes de educação e proteção social básica já iniciada cabe ressaltar a urgência de um relatório circunstanciado em definição de data limite para sua apresentação ao CMS, já que o Secretário Municipal da Educação, Bruno Caetano, disse que uma avaliação diagnóstica ocorre a partir do dia 9 e a abertura de outras etapas, EMEI e emef deve ser definida até o dia 18 ou 19 para a volta em 02 de dezembro.

Homologo presente resolução

Publique-se”

Esta é a proposta de resolução.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: É resolução importante, densa, párea além do Conselho. Vai reverberar além do espaço do Conselho, permitindo alcance mais abrangente, com a Saúde no lugar onde deve estar. Com o protagonismo que merece. Surgiu acrescentar escolas e CEUS senão pede para deixar a capacitação da gestão. É uma luta, a unificação de luta da saúde e da educação. Espera garantir texto no qual os analistas do CEU não corram nenhum risco.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro:

Concorda com Flávia. Fala do podcast sobre COVID realizado pela Revista Lancet. O protocolo de abertura deve ser abrangente e especificado nos vários níveis da educação.

Convidada Lourdes Estevão: Quer fazer uma pergunta. O governo saiu deste Pleno. Essa questão está sendo discutida com o governo em diversas mesas. O governo está pouco se lixando para essa resolução. Além da resolução, o que se pode fazer para resolver o que ficou decidido aqui? Como pressionar o governo para a tomada das atitudes propostas em reunião?

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Em regime de votação:

Auxiliadora – sim, Adriana – sim, Anderson -, Rubens – sim, Cirlene – sim, Jaqueline – sim, Jilsomar – sim, Mario – sim, Vita – sim, Patrícia – sim, Jose Henrique – sim, Carlos – sim, Erivalder – sim, Deodato – sim, Lourdes – sim, Silas – sim, Margareth – sim, Jorge Harada – sim, Reinaldo – sim.

Aprovada com 19 votos favoráveis.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Parabeniza a participação dos profissionais da educação presentes, sindicalistas e convidados. Em defesa da vida.

Convidado Jorge Kayano: Parabeniza o CMS, esta decisão é corajosa. Importante comentar a questão que a Lourdes levantou. Será batalha jurídica. Esta deliberação precisa ter divulgação e pressão por homologação imediata. Será necessário pressionar a SMS para ser homologada de imediata e ser colocada em prática. É baseada na Lei Orgânica do Município, que está em pleno vigor. Convida a todos presentes para a participação desta data histórica, com a convicção de que a pressão deve ser realizada sobre o Secretário. Todos os profissionais de saúde, de educação e ser de conhecimento da sociedade. Deseja que todas as pessoas que assistiram a essa reunião saibam que é necessária pressão no Secretário. Fala sobre resultados oficiais da primeira etapa do Censo Sorológico, com cerca de 60 mil testes realizados, cobrindo 50% do esperado. A conclusão do relatório é a de que não há condições para retorno de atividades presenciais neste momento. É um relatório pobre, questionável, mas que pode ser utilizado por todos. Foi encaminhado ao Leandro, Erivalder, Auxiliadora via WhatsApp. Solicita que seja amplamente divulgado junto com a resolução, cobrando reunião da SM com a presença de

servidores de educação e assistência para apresentação sistemática dos resultados. Agradece a atenção de todos. Em defesa do SUS e do controle da pandemia no estado de São Paulo. Pede por ações completas de controle: Testar, retestar, isolar. O atendimento de toda a rede da AB deve suplantar a simples coleta de testes sorológicos, que não resolverá a questão do controle da pandemia.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: Já sabemos que a SMS não vai tomar conhecimento. A SMS está se omitindo ao controle social. Cabe ao controle social pressionar e divulgar essa resolução. É necessário discutir com a sociedade, CMS se posiciona de forma firme. Não basta pressionar pela homologação, mas também divulgar a resolução, sugerindo discussão com a sociedade. O CMS é contundente, firme e cientificamente bem estruturado.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: Encaminhamento: - Que o pessoal dos CEUS encaminhe documentação que possui ao CMS.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:

Se não tiver mobilização em rua não vai dar em nada. Precisa-se de mobilização muito forte. Quer ter compromisso com a vida, vai ter que se articular na campanha em defesa da vida e não à volta às aulas sem garantias, como consta na resolução. Que cada sindicato, entidade, movimento pegue essa resolução e publique nos seus sites, redes sociais, levando ao conhecimento de todos a campanha: “Não ao veto, não à morte!” Agradece a presença de conselheiros, professores. Mas não basta discutir. É para fazer valer essa resolução e por ela na rua, com a campanha “Não veta não!” (3 vezes). Se esperarmos, não vamos avançar. Abre a discussão para ponto 2 da Ordem do Dia:

COVISA – Todos de acordo.

Reitera a necessidade de diálogo com o Ministério Público, com participação do CMS.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: O MPT fez reunião conosco. Chamou Carlos, Deodato, Erivalder pela repercussão do desmonte da COVISA feita pela SMS. Foi realizada discussão ampla sobre o desmonte da COVISA - bem aprofundada, durou 4 horas e está dando frutos. Houve repercussão em todos os setores. A princípio, os técnicos da COVISA não participariam. Entrou na sala, junto a Flavia, em contato com a Dra. Tatiana, que permitiu a participação geral. Isto propiciou um debate rico. Foi discussão muito boa. Estava presente MP do RJ, Campinas, Brasília, RN e SP. Nova audiência ocorrerá no dia 19, às 14h. Pediram participação da CISTT e técnicos da COVISA. Está sendo chamado o coordenador do CMS. Foi encaminhado o despacho feito pelo MPT, que depois será enviado para conhecimento de todos os conselheiros. Enfatiza necessidade de continuidade da audiência anterior. Todas as denúncias de sindicatos estão representadas. A própria SMS já foi chamada a se pronunciar. Enviou o despacho do MPT para Leandro. Provavelmente haverá encaminhamentos futuros. A própria SMS já foi convidada a se pronunciar. Solicita que participantes da COVISA complementem suas colocações.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais

Gerais: O debate foi muito importante. Enfatiza necessidade de se retomar a mesa de negociação de COVISA. Estabelece o nome SINDSEP como membro da CISTT. Está presente ali. Sua proposta é que essa reunião do dia 19 tenha característica de mesa de negociação. Que estejam presentes membros do sindicato. Coloca-se esses novos atores, trazendo o pessoal da comissão. Um auxilia o outro a inserir a todos. A situação dos trabalhadores permanece difícil - reitera. Colocaram mais de 200 trabalhadores no 1º andar, amontoados em situação degradante em época de pandemia. Trabalhadores no território não conseguem executar várias tarefas. Há trabalhadores trabalhando em locais inadequados e precários. Hoje, temos o município de São Paulo em risco sanitário. Não há autoridade sanitária cuidando do retorno às aulas. Fala sobre a retomada de prédio enorme, que é alugado pela PSMSP e tem espaços vazios que poderiam ser utilizados. Isso poderia suscitar a discussão. Agradece o trabalho conjunto de todos. Foi elaborada resposta ao MP. Espera que haja manifestação positiva em relação às demandas.

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Tudo está bem encaminhado. Está de acordo com as considerações de seus colegas. Utiliza sua fala para marcar posição.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Ouviu falar que foi uma resolução à COVISA por conta de ser contra a volta às aulas. A verdade aparecerá na medida em que o tempo for passando. Questionou-se a ausência de plano de trabalho discutido com o conselho e entidades. Ainda não se sabe se a nova resolução foi vetada ou não pelo Secretário.

Passa às deliberações:

1- **Planejamento do CMS para 2021**

2-

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Está marcada data para o dia 26/11. Vão fazer uma reunião para discutir amanhã com o Grupo de Trabalho a metodologia a ser realizada no dia de planejamento. Tem expectativa que todas as comissões tenham discutidos as ações que podem avaliar as comissões. Vão discutir a metodologia. A ideia é de que se fizesse roda de conversa com todos que acreditam necessitar do retorno às aulas e precisam de orientações. Pessoa com expertise na área guiaria os caminhos necessários à análise do RAG e PAS. Essa é a proposta.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Item 1 - A ideia é fazer de 4 a 6 rodas de conversa para orientar conselheiros, sobre análise de instrumento de gestão, monitoramento de contrato de gestão e acesso à Lei de Acesso à Informação.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Aprovado no Pleno, o grupo executa. Análise de Instrumento de Gestão, Contratos de Gestão OSS e Lei de Acesso à Informação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno. Aprovado.

Item 2 – Retomada da Mesa de Negociação.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: faz leitura:

“04 de novembro de 2020.

Ao Pleno do CMS, Comissão Executiva, CISTT e Comissão de Recursos Humanos.

Retomada da mesa de negociação permanente do funcionalismo municipal, mesa setorial da saúde.

Senhores e Senhoras conselheiros e conselheiras,

A Mesa Municipal da Saúde é um fórum igualitário e permanente de diálogos, debates e negociação entre trabalhadores e gestão. Trata-se de espaço formal e democrático para que se estabeleçam análises e discussão sobre a gestão do trabalho em saúde, principalmente no aspecto relativo à resolução de conflitos decorrentes das condições e relações de trabalho a que está submetido o funcionalismo municipal.

Trabalhadores estes que, em plena pandemia, com todas as suas dimensões, complexidades e desafios suportam miríade de dificuldades tanto estruturais quanto do recursos de gestão e pessoas, ficando sujeitos à contaminação e adoecimento por COVID-19 durante o exercício de suas funções.

A inatividade desse fórum participativo, foi retirado dos trabalhadores seu principal canal de interlocução com a gestão, desmontando modo propositivo na regulação, fiscalização e valorização das relações de trabalho em saúde, que sempre resultou em melhorias à assistência prestada à população.

Diante do exposto, e considerando as inúmeras tentativas feitas pelas entidades representativas dos trabalhadores junto à gestão, sem que se obtivesse, até a presente data, a devida atenção para a

retomada deste importante espaço de diálogo, solicito respeitosamente a este Pleno que se coloque a questão em debate e se estabeleça a mesa de negociação setorial da Saúde o mais urgente possível, com retomada das pautas apresentadas antes da pandemia e inclusão de novos pontos, já enviados à SMS.

Agradece a atenção e colaboração do CMS. Permanecemos em aguardo de retorno.

Atenciosamente,

Flavia”

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Reitera que a Lei 13313, em seu Artigo 6º, legaliza estrutura de negociação com os sindicatos de entidades representativas dos servidores públicos. É o Sistema Permanente de Informação, pleiteado durante o governo de Marta Suplicy. Vê como forma democrática de debate, uma importante forma de suplantação de conflitos. Há experiência em todo o mundo, especialmente países desenvolvidos, onde este modelo de negociação funciona bem.

Consulta o Pleno. Aprovado.

Item 3 – Foi pensado na reunião da Comissão de Comunicação que o Mário elabore um vídeo tutorial para explicar como os conselhos podem colocar suas reuniões online.

Passa temporariamente a palavra à Debora

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro:

Explica que seria interessante a transmissão das reuniões dos conselhos gestores - conclusão a que chegou em conjunto com sua companheira Rita. Debora defende a divulgação de um vídeo curto, a fim de exemplificar a diversos conselheiros como é possível disponibilizar publicamente as reuniões que vêm fazendo.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Retoma o tópico apresentado por Débora.

Consulta o Pleno – Aprovado.

Item 4 - Como a gestão não está presente, vão deixar para a próxima reunião este tema, que está suspensa – Habilitação da UPA 24h – Tatuapé.

Item 5 – Pleno Extraordinário para discutir a Municipalização do Hospital de São Mateus, com presença de todos os envolvidos, do Estado inclusive. Haverá grande conversa, com participação de entidades sindicais. Serão também abordados demais hospitais do estado e município.

Consulta o Pleno – Aprovado

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Afirma que a insegurança dos trabalhadores está grande, estão mobilizados, a disposição de travar a luta nos moldes que Leandro já mencionou. A conversa que rola na “rádio-peão” é a de que o processo se dá em 01/12. Precisa haver tempo de efetivamente conversar com o governo - o que pode servir como estopim, pontapé inicial, para abordarmos outros temas que precisamos abordar; aproveitando essa brecha.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Solicita que seja incluído neste Pleno o tópico do Hospital Sorocabana. Aguardava a decisão judicial acerca da resolução sobre a quem pertence a área do Hospital. Por parte da Associação dos Ferroviários, a demanda foi perdida. A área é definitivamente do estado. O governo diz que o hospital já está pronto. Na prática, sabemos que isso não ocorre. Aproveita o ensejo para falar do funcionamento “meia boca” de alguns hospitais, como o Hospital da Brasilândia. Afirma que há mais de seis anos está engajado na luta pelo Hospital Sorocabana.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Não havia esse pleito, mas se ninguém for contrário será incluído – Propõe reunião dia 19/11, às 11h.

Propõe 2 horas de reunião e realização da Executiva, às 14h, após intervalo para almoço.

Consulta o Pleno – Aprovado.

Item 6- Deliberações pendentes do CMS – Prazo de 07 a 30 dias para Secretaria responder/encaminhar. Vão encaminhar aos órgãos.

Ontem enviaram vários ofícios ao Secretário. Será solicitado apoio ao controle social.

Consulta o Pleno – Aprovado

Item 7: - Fala sobre formação da Comissão de Urgência/Emergência.

Vão convidar antigos membros do CONDEFI, que serão convidados a participar da Comissão.

Propõe que Leandro seja coordenador e precisa de dois usuários e um gestor.

Na próxima semana vai chamar 1ª reunião, para já começar a discutir assuntos principais.

Participarão do grupo: Cirlene, Rubens, Zandra, Leandro, Albertina, Nila, Dimas, Erivalder – Convidada:

- Lourdes Estevão, Fátima.

Pede que cada coordenador das 15 comissões oficialize ao Julio a análise do RAG, PAS 2019, PAS 2020 e PAS 2021 - incluindo pautas não analisadas, o que facilitará o andamento das próximas reuniões, possibilitando uma prospectiva.

Solicita que, se possível, o encaminhamento seja realizado até amanhã.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro:

Pergunta como encaminhar a questão do BID, já que os membros da gestão estão ausentes na reunião.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:

Conversou com o Fábio e ele disse que o Humberto pode vir dia 17 às 14h para conversa sobre o BID. Não crê que a gestão faça retaliação, visto que não pôde estar presente na reunião atual. Sugere à Debora que, como coordenadora adjunta da Comissão de Políticas de Saúde, ligue ao Fábio, confirmando sua presença no dia 17, que é aprovada pelo Pleno. Duvida que Leandro descumpra sua palavra. Reitera sua profunda confiança na gestão, que precisa dialogar. A gestão precisa aprovar o RAG, Programação Anual 2020, a Programação Anual 2021, e precisa que este conselho assine e chancela questões importantes. Se a gestão ganhar as eleições, será com este conselho que ela deverá conversar, de maneira respeitosa, democrática, inteligente e que vai querer construir relação propositiva, seja qual for a gestão. Faz elogios à atuação do Erivalder, Deodato, Suely Levy. Estão aqui para lutar e exigem respeito. Agradece ao SINDSEP – Maciel, Lourdes, Sérgio. A UMPES, a Comissão de Patologias, Vita, Pamela, o pessoal do sociocomunitário estão realizando trabalho importantíssimo. Rende homenagens ao Julio Caruzzo, Denize Calvo e ao Jair - a quem pede desculpas pela indelicadeza anterior. Perdeu a cabeça, em prol da constituição do maior Conselho da América Latina. Despede-se de todos. Agradece ao Jorge Kayano também.

Conselheira Zandra, da Comissão de Educação Permanente, justifica sua ausência, por motivo de saúde. Pamela, coordenadora da Comissão de Saúde justifica sua ausência - está lidando com procedimentos burocráticos que envolvem documentação.

Todos são muito importantes para sua vida. Exige respeito aos usuários e usuárias do SUS.

Convidado Maciel: Vai enviar ofício ao CMS, solicitando a participação de um representante do CMS na reunião do próximo Fórum Municipal de Educação, a fim de apresentar o ponto da resolução, coroando uma junção que o governo não quis que acontecesse, mas os conselheiros, guerreiros e guerreiras que são, fizeram acontecer mesmo assim. Parabeniza o CMS pela Resolução. Deixa aberto o papel de formação para roda de conversa acerca de novas tecnologias, em parceria com o Conselho Municipal de Educação. Deixa porta aberta para o Fórum Intersetorial de Defesa da Vida em São Paulo - integração entre saúde, educação e assistência; que promete juntar diversos pontos de vista distintos. Reuniões do CMS possibilitam a integração de ideias entre membros de diferentes áreas. Milton Leite

parabeniza o prefeito pela abertura dos CDCs, clubes esportivos espalhados por toda a cidade. Reafirma a abertura súbita em período pré-eleitoral, suscitando a necessidade de que a abertura ocorra como deve ser. As Resoluções do CMS devem estar presentes, de forma garrafal, em todas as unidades de educação e saúde. O papel do CMS é essencial para a nossa luta.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Enfatiza trabalho coletivo realizado. Está muito feliz com tudo isso. Agradece a presença de todos.

Encerra a reunião às 19h29.